

Essencis Soluções Ambientais S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Essencis Soluções Ambientais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Essencis Soluções Ambientais S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi citada em colaboração premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., no âmbito de investigação conduzida pelo Ministério Público Federal. A Solví Participações S.A., controladora da Companhia contratou empresa independente especializada para conduzir uma investigação com procedimentos forenses, que, ao final, não identificou evidências ou indícios de fatos ou elementos relacionados à participação da Companhia nos supostos atos alegados. Apesar de a referida investigação pelo Ministério Público Federal ainda estar em andamento, a administração não espera impactos relacionados a este assunto. Consequentemente, não foram identificados efeitos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e dos exercícios anteriores. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.

CNPJ: 40.263.170/0001-83

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	11	11.389	20.037	11.911	20.892
Contas a receber de clientes	12	83.122	63.498	86.359	67.057
Estoques	14	6.575	9.968	6.675	10.129
Dividendos a receber	15	6.527	3.102	6.304	2.782
Impostos a recuperar		4.051	3.095	4.513	3.634
Outras contas a receber		927	1.041	992	1.092
Adiantamento a fornecedores		13	105	51	156
Total do ativo circulante		112.604	100.846	116.805	105.742
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	12	48.857	33.295	48.857	32.597
Ativo fiscal diferido	24	15.316	14.044	16.041	14.246
Outras contas a receber		2.514	1.385	5.276	4.148
Depósitos judiciais		2.134	1.957	2.528	2.101
Total do realizável a longo prazo		68.821	50.681	72.702	53.092
Investimentos	16	75.994	79.699	38.316	38.833
Imobilizado	17	268.584	263.915	272.635	268.626
Intangível	18	1.187	907	33.200	36.463
		345.765	344.521	344.151	343.922
Total do ativo não circulante		414.586	395.202	416.853	397.014
TOTAL DO ATIVO		527.190	496.048	533.658	502.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	45.859	22.683	46.990	23.364
Empréstimos e financiamentos	20	28.044	68.989	28.046	68.991
Debêntures	21	17.634	17.746	17.634	17.746
Salários, benefícios e encargos sociais	22	7.917	6.839	8.468	7.271
Impostos, taxas e contribuições	23	10.837	5.847	11.151	6.149
Imposto de renda e contribuição social	24	4.130	2	4.130	2
Dividendos e juros capital próprio a pagar	15	11.462	-	11.462	-
Adiantamentos de clientes		4.815	4.267	4.837	4.318
Total do passivo circulante		130.698	126.373	132.718	127.841
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	6.119	1.271	5.203	1.321
Empréstimos e financiamentos	20	102.240	74.830	102.240	74.830
Debêntures	21	95.833	112.500	95.833	112.500
Parcelamentos fiscais	23	143	45	143	45
Passivo fiscal diferido	24	1.382	1.784	3.399	5.054
Provisões	25	36.597	32.166	39.944	34.086
Total do passivo não circulante		242.314	222.596	246.762	227.836
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26				
Capital social		112.571	112.571	112.571	112.571
Reserva legal		12.909	11.981	12.909	11.981
Reserva de retenção de lucros		28.698	22.527	28.698	22.527
Total do patrimônio		154.178	147.079	154.178	147.079
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		527.190	496.048	533.658	502.756

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Valores expressos em milhares reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	27	312.179	335.778	323.422	345.649
Impostos incidentes sobre serviços prestados	27	(41.576)	(44.247)	(43.207)	(45.966)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	270.603	291.531	280.215	299.683
Custo dos serviços prestados	28	(193.282)	(223.248)	(205.919)	(231.194)
LUCRO BRUTO		77.321	68.283	74.296	68.489
Comerciais	30	824	(1.943)	615	(2.016)
Despesas administrativas	29	(15.777)	(23.734)	(16.157)	(24.115)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(1.212)	(123)	(2.427)	18
Resultado de equivalência patrimonial	16	(3.624)	4.014	(355)	4.295
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS		(19.789)	(21.786)	(18.324)	(21.818)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		57.532	46.497	55.972	46.671
Receitas financeiras		7.801	7.529	7.884	7.560
Despesas financeiras		(37.590)	(28.031)	(37.582)	(28.077)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	32	(29.789)	(20.502)	(29.699)	(20.517)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.743	25.995	26.273	26.154
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	24	(10.856)	(6.025)	(11.161)	(6.202)
Diferido	24	1.675	2.422	3.450	2.440
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.562	22.392	18.562	22.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	112.571	10.861	72.169	-	195.601
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.391	22.391
Reserva legal	-	1.120	-	(1.120)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(11.899)	-	(11.899)
Dividendos distribuídos	-	-	(37.742)	(21.271)	(59.014)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	112.571	11.981	22.527	-	147.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.562	18.562
Reserva de lucros	-	-	6.172	(6.172)	-
Reserva legal	-	928	-	(928)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(11.462)	(11.462)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	112.571	12.909	28.698	-	154.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
CNPJ: 40.263.170/0001-83
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	18.562	22.392	18.562	22.392
Resultado Abrangente da Companhia	18.562	22.392	18.562	22.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ESSENCIS SOLUÇÕES AMBIENTAIS S.A.
 CNPJ: 40.263.170/0001-83
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	18.562	22.392	18.562	22.392
Itens que não afetam o caixa:				
Perdas nos investimentos	(3.339)	-	(3.339)	-
Depreciação e amortização	28.239	30.193	32.545	30.760
Baixa de imobilizado e intangível	233	2.051	233	2.052
Equivalência patrimonial	3.624	(4.014)	355	(4.295)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	28.185	25.578	28.185	25.575
Provisão para urbanização de aterros	2.434	3.277	2.635	3.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.852)	54	(1.751)	(86)
Provisão para contingências	4.256	1.691	5.567	1.747
Perdas resultantes de investimentos	-	686	-	686
Imposto de renda e contribuição social	9.181	3.603	7.711	3.762
Aumento nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(9.132)	5.107	(8.821)	5.276
Partes relacionadas	(27.339)	(17.867)	(27.444)	(21.111)
Impostos a recuperar	(956)	217	(879)	347
Estoques	3.393	(3.205)	3.454	(3.193)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.131	(8.100)	2.431	(8.099)
Outros créditos	(1.014)	2.270	(1.030)	2.352
Depósitos judiciais	131	(131)	(114)	(141)
Adiantamento a fornecedores	92	-	107	-
Aumento / Redução nos passivos operacionais:				
Fornecedores	19.200	5.359	19.270	5.214
Partes relacionadas	8.209	(1.537)	7.613	1.826
Salários, provisões e encargos sociais	1.078	51	1.197	74
Impostos, taxas e contribuições	4.990	(5.172)	5.002	(5.229)
Pagamento de contingências	(2.568)	(588)	(2.657)	(589)
Adiantamento de clientes	547	373	519	350
Outras contas a pagar	615	-	626	-
Parcelamentos fiscais	98	(178)	98	(178)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	89.998	62.112	90.075	62.909
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(6.727)	(8.504)	(7.033)	(8.695)
Debêntures - juros pagos	(12.397)	(15.723)	(12.397)	(15.723)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(15.763)	(6.831)	(15.763)	(6.831)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	55.111	31.054	54.882	31.660
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimento	-	(8.000)	-	(8.000)
Aquisições de imobilizado	(32.799)	(25.131)	(32.903)	(25.509)
Adição de ágio e intangível	(599)	(504)	(599)	(505)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(33.398)	(33.635)	(33.502)	(34.014)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Debêntures - pagamento principal	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)
Empréstimos e financiamentos - captação	30.845	64.788	30.845	64.788
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(44.539)	(12.811)	(44.539)	(12.811)
Dividendos a pagar	-	(75.683)	-	(75.683)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(30.361)	(40.373)	(30.361)	(40.374)
REDUÇÃO LIQUIDA DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(8.648)	(42.954)	(8.981)	(42.727)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	20.037	62.991	20.892	63.620
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.389	20.037	11.911	20.892
	(8.648)	(42.954)	(8.981)	(42.728)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Essencis Soluções Ambientais S.A. (“ESA” ou Companhia) é uma sociedade por ações com sede na Rua Gandavo, 363 – Vila Clementino – São Paulo - SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Companhia e suas controladas” e individualmente como “Companhia”).

Em 31 de dezembro de 2016, as principais participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são:

Controladas

- Essencis Ecosistema Ltda. (“Ecosistema”): A Companhia possui participação de 100% na Ecosistema, cuja operação consiste na captação, tratamento, transporte e disposição de resíduos perigosos e não perigosos com atuação na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.
- Prameq Indústria e Comércio Ltda (“Prameq”): A Companhia possui participação de 100% na Prameq, cuja operação consiste no controle de emissões atmosféricas provenientes da atividade industrial.

Controladas em conjunto

- Catarinense Engenharia Ambiental S.A. (“Catarinense”): A Companhia possui participação de 54% na Catarinense, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais.
- Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (“Essencis MG”): A Companhia possui participação de 66,67% na Essencis MG, cuja operação consiste de uma central de tratamento e destinação final de resíduos industriais e sanitários.
 - Essencis & HPM Tecnologia em recuperação de Metais Ltda (“Essencis & HPM”): A Essencis MG possui participação de 51% na Essencis & HPM, cuja operação consiste na utilização de tecnologia referente sistema de desagregação e limpeza de gases de aciaria.
- Ecototal Sistemas de Gestão Ltda. (“Ecototal”): A Companhia possui participação de 65% na Ecototal, cuja operação consiste na prestação de serviços na área ambiental.

Participação em coligadas

- Koleta Ambiental S.A. (“Koleta”): A Companhia possui participação de 32,19% na Koleta cuja operação consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, destinação final e reciclagem de resíduos privados.

Menção em colaboração premiada e seus eventuais reflexos na Companhia

No âmbito das investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), o Sr. José Sérgio de Oliveira Machado (“Sérgio Machado”), ex-diretor da Transpetro S.A., firmou acordo de colaboração premiada, tendo citado a Companhia em depoimentos já tornados públicos.

A Administração da Companhia não tem conhecimento ou visualiza qualquer indício de que a citada menção feita por Sérgio Machado possa ser verdadeira. Porém, mantendo seu total compromisso de transparência e conduta ética, a Companhia e seus administradores envidaram todos os esforços para: (i) obter mais informações sobre as alegações; (ii) revisar as transações passadas da Companhia a fim de identificar qualquer possível indício de não-conformidade; (iii) avaliar a eventual necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; (iv) acompanhar eventuais desdobramentos da citada delação.

Adicionalmente, a Controladora da Companhia contratou serviços independentes de investigação com procedimentos forenses, para apurar a eventual existência de fundamento da delação. Tal investigação, já finalizada, não identificou qualquer evidência das afirmações do Sr. Sérgio Machado.

Até a presente data, a Companhia não tem conhecimento da existência de processo investigativo derivado da citada delação, que envolva seu nome e/ou de seus administradores e executivos.

Em vista do exposto, apesar de a referida investigação pelo Ministério Público Federal ainda estar em andamento, na avaliação da Administração, não há impactos relacionados a este assunto a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e anos anteriores.

2 Alterações na estrutura societária

Aumento de capital social – Prameq Indústria e Comércio LTDA. (“Prameq”)

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 2 de maio de 2016, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R\$4.800 para o montante atual de R\$5.484, tendo um aumento de R\$684 integralizado pela a única sócia Essencis Soluções Ambientais S.A. mediante a conversão de crédito de mútuo por ela detido em face da sociedade.

Aumento e redução de capital social – Koleta Ambiental LTDA. (“Koleta”)

Por intermédio da Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016, os cotistas decidiram pelo aumento do capital social da sociedade no montante total de R\$2.793, passando de R\$30.731 para R\$33.524, integralizado em sua totalidade pela Essencis mediante a cessão de dívida detida com a sociedade, alterando assim o percentual de participação sobre o capital da Koleta, passando de 24,26%, para 32,19%. A Essencis reconheceu um ganho sobre o investimento de R\$226.

Conforme a Ata de Assembléia Geral Extraordinária instituída em 2 de maio de 2016, os acionistas decidiram reduzir o capital social da Companhia, passando de R\$33.524 para o montante atual de R\$15.740, tendo uma redução de R\$17.784, mediante ao cancelamento de 17.784.008 ações ordinárias nominativas, com a restituição proporcional aos acionistas, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

Por intermédio da Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2016, os cotistas decidiram pelo aumento do capital social da sociedade no montante total de R\$35.386, passando de R\$15.740 para R\$51.126, integralizado de forma desproporcional, sendo R\$30.000 da Solví Participações e R\$5.386 da Essencis Soluções, alterando assim o percentual de participação sobre o capital da Koleta, passando de 32,19%, para 20,44%. A Essencis reconheceu um ganho sobre o investimento de R\$3.112.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2017.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16** – classificação de negócios em conjunto;

- **Nota explicativa nº 12** – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- **Notas explicativas nº 17 e 18** – Imobilizado e intangível - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização;
- **Notas explicativas nº 17 e 18** – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 24** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as quais os prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 25** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como: derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.
- **Nível 2** - preços utilizados são diferentes dos preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos padronizados de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de commodities, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado

ao longo do prazo do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas, tais como contratos de swap ou futuros e opções de balcão.

- **Nível 3** - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente pela Companhia e suas controladas, que resultem na melhor estimativa da Administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia e suas controladas efetuam uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 todos aqueles cujo valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia e suas controladas analisam as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- (a) Base de consolidação;
- (b) Receita operacional;
- (c) Receitas financeiras e despesas financeiras;
- (d) Transações em moeda estrangeira;
- (e) Benefícios a empregados;
- (f) Imposto de renda e contribuição social;
- (g) Estoques;

- (h) Imobilizado;
- (i) Ativos intangíveis e ágio;
- (j) Instrumentos financeiros;
- (k) Redução ao valor recuperável (*impairment*);
- (l) Provisões;
- (m) Distribuição de dividendos;
- (n) Arrendamentos; e

a. Base de consolidação

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Participação de acionistas não controladores

A Companhia e suas controladas elegem mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Controladas

A Companhia e suas controladas controlam uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas reterem qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual a Companhia e suas controladas possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A posição patrimonial dos investimentos em entidades controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, apurada nos exercícios de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Ativo Circulante	7.546	13.771	16	3.243	64.854	89.430
Ativo não circulante	20.991	59.210	3.679	20.978	32.345	137.203
ATIVO TOTAL	28.537	72.981	3.695	24.221	97.199	226.633
Passivo Circulante	5.821	18.179	175	4.199	33.905	62.278
Passivos não circulantes	5.280	29.030	1.540	13.104	38.665	87.619
Patrimônio líquido	17.436	25.772	1.980	6.918	24.629	76.734
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.537	72.981	3.695	24.221	97.199	226.631
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	65%	20,44%	

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Ativo Circulante	5.693	15.560	1	3.798	31.403	56.455
Ativo não circulante	19.027	60.138	3.718	18.776	55.972	157.631
ATIVO TOTAL	24.720	75.698	3.719	22.574	87.375	214.086
Passivo Circulante	2.706	12.817	190	3.275	46.152	65.140
Passivos não circulantes	5.032	37.779	1.524	12.383	15.479	72.197
Patrimônio líquido	16.982	25.102	2.005	6.916	25.744	76.749
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.720	75.698	3.719	22.574	87.375	214.086
% PARTICIPAÇÃO NO INVESTIMENTO	54%	66,67%	34%	65%	24,26%	

O resultado apurado nos exercícios de 2016 e 2015 por estes investimentos são demonstrados abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Lucro / Prejuízo operacional antes dos impostos e resultado financeiro	7.320	11.084	(26)	2.803	(20.240)	16.816
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	7.154	10.111	(26)	1.890	(25.719)	9.285
Imposto de renda e contribuição social	(2.614)	(3.397)	-	(1.874)	2.702	(5.183)
Resultado do exercício	4.540	6.714	(26)	16	(23.017)	4.102

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015						
Em milhares de R\$	Catarinense	EMG	Essencis & HPM	Ecototal	Koleta	Total
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	8.356	12.733	(105)	2.497	(2.012)	21.469
Lucro antes dos impostos	8.248	4.138	(127)	419	(6.571)	6.107
Imposto de renda e contribuição social	(2.579)	(1.380)	-	(129)	3.092	(996)
Resultado do exercício	5.669	2.758	(127)	290	(3.479)	5.111

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na

proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

(i) Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Conforme facultado pela legislação, as controladas em conjunto Catarinense e Ecototal optaram pelo regime do lucro presumido. Para essas controladas em conjunto, a base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas adicionais da receita financeira auferida, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de imposto de renda e contribuição social.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

g. Estoques

Compostos por materiais em almoxarifado, demonstrados ao custo de aquisição, não excedendo o valor de reposição.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº17.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

(iii) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. O ágio não é amortizado.

j. *Instrumentos financeiros*

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;

- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para urbanização de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o IAS 37 (CPC 25). Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 14,60% (12,91% em 2015); e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

m. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia e suas controladas são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral conforme informado na Nota Explicativa nº 26c.

n. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinaram se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia e suas controladas separam os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia e suas controladas concluírem, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da a Companhia e suas controladas.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia e suas controladas substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do

arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos e os arrendamentos continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4 SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Iniciativa de Divulgação (Alteração ao CPC 26 IAS7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, o Grupo CSN pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC32/IAS12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Administração do Grupo Essencis avaliou as novas normas, ainda não aplicadas, e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2016. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor.

9 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não utilizaram instrumentos financeiros derivativos.

(i) **Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Conselho de Administração da Companhia e suas controladas tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. *Risco de mercado*

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia e suas controladas são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Consolidado						
	Exposição R\$	Taxa de juros - média	Cenários				
		Efetiva em 31/12/2016	I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	129.817	5,10%	130.286	130.554	130.702	130.018	129.870
Debêntures	112.500	10,51%	113.467	113.709	113.951	113.225	112.984
		Efeito	-	510	900	(510)	(900)

Este risco surge da possibilidade que a Companhia e suas controladas podem sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas monitoram os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

b. Risco de créditos

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas <u>Explicativas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Caixa e equivalentes de caixa	11	11.389	20.037
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	12	131.979	96.793	135.216	99.654
		143.368	116.830	147.127	120.546

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas adotam como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia e suas controladas dependem principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas dispunham de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Consolidado				Total
	Menos	Entre	Entre	Mais	
	de 1 ano	1 e 2 anos	3 e 5 anos	de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos(a)	35.054	31.510	80.110	28.005	174.678
Fornecedores e outras contas a pagar	46.990	5.203	-	-	52.193
Debêntures(a)	27.286	25.538	66.613	31.884	151.321
Total	109.329	62.251	146.723	59.888	378.192

	Consolidado				Total
	2015				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos(a)	80.172	17.177	42.976	35.966	176.291
Fornecedores e outras contas a pagar	23.364	1.321	-	-	24.685
Debêntures(a)	28.808	27.248	71.602	52.384	180.042
Total	132.344	45.746	114.578	88.349	381.018

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia e suas controladas comprometem-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia e suas controladas em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia e suas controladas em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme as notas explicativas 20 e 21.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas.

(ii) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

(iii) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia e suas controladas, quando aprovado pelos acionistas controladores, podem rever suas políticas de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia e suas controladas adotam o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar suas estruturas de capital. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total dos passivos circulantes e não circulantes, subtraídos do montante de caixa e equivalente de caixa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Total do passivo	379.480	355.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.911)	(20.892)
Divida Líquida	367.569	334.785
Patrimônio Líquido	154.178	147.079
Índice de Alavancagem	2,38	2,28

(iv) **Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia valor justo	Categoria	Consolidado			
			2016		2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	11.911	11.911	20.892	20.892
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	-	Empréstimos e recebíveis	135.216	135.216	99.654	99.654
Total			147.127	147.127	120.546	120.546
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	Passivos financeiros ao custo amortizado	52.193	52.193	24.685	24.685
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	130.286	130.286	143.821	143.821
Debêntures	Nível 2	Passivos financeiros ao custo amortizado	113.467	113.150	130.246	113.914
Total			295.946	295.629	298.752	282.420

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia e suas controladas entendem que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

(v) **Hierarquia de valor justo**

O método de avaliação adotado pela Companhia e suas controladas na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

10 Aspectos ambientais

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia e suas controladas realizam mensalmente provisão para fechamento e pós-fechamento para monitoramento dos aterros e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Com exceção das provisões mencionadas acima a Companhia e suas controladas não veem a necessidade de constituir outras provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais.

11 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e saldos em bancos	3.068	768	3.529	977
Aplicações financeiras	8.321	19.269	8.382	19.915
	<u>11.389</u>	<u>20.037</u>	<u>11.911</u>	<u>20.892</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 98% (86% em 2015), do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 9.

12 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Valores faturados:					
Clientes privados		28.075	24.996	29.710	26.783
Clientes públicos		3.760	3.652	3.874	3.801
		<u>31.835</u>	<u>28.648</u>	<u>33.584</u>	<u>30.584</u>
Medições a faturar:					
Clientes privados		16.991	15.694	18.529	17.319
Clientes públicos		1.287	1.494	1.287	1.535
		<u>18.278</u>	<u>17.188</u>	<u>19.816</u>	<u>18.854</u>
Crédito de carbono		9.291	4.434	9.291	4.433
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)		(5.639)	(7.490)	(5.860)	(7.611)
Total de contas a receber		<u>53.765</u>	<u>42.780</u>	<u>56.831</u>	<u>46.260</u>
Partes relacionadas	13	78.214	54.013	78.385	53.394
		<u>131.979</u>	<u>96.793</u>	<u>135.216</u>	<u>99.654</u>
Circulante		83.122	63.498	86.359	67.057
Não circulante		48.857	33.295	48.857	32.597

- (a) A exposição ao risco de crédito da Companhia e suas controladas estão limitadas ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas estão incluídos no saldo de provisão para riscos de crédito.

Em 12 de setembro de 2014, através do contrato de compra e venda firmado com a Companhia Norwegian Procurement Carbono Facility Nordic Environment Finance Corporation (“NEFCO”), esta na qualidade de “Facility Manager”, a Essencis retomou o projeto de venda dos CERs - Certificado de Emissões Reduzidas, um tipo de unidade de emissões (créditos de carbono), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para reduções de emissões obtidas por projetos de MDL e verificados por uma DOE (Entidade Operacional Designada) sob as regras do Protocolo de Kyoto.

No contrato estão previstos os volumes e prazos de entrega dos CERs à NEFCO, com cronograma até 15 de maio de 2021, sendo 350.000 CERs entregue em 2015 e 950.000 CERs por ano até 2021, totalizando 6.050.000 CERs.

No caso do descumprimento dos prazos pela Essencis, está garantido o direito ao cliente NEFCO de rescindir o presente acordo imediatamente.

A NEFCO tem ciência, e está prevista no contrato firmado entre as companhias, do projeto de instalação e operação de uma usina de geração de energia, a ser operacionalizada pela Termoverde Caieiras S.A., a qual deverá utilizar uma fração do gás coletado no CTR Caieiras - obtido pelo depósito de resíduos orgânicos em seu aterro - como combustível.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Valores a vencer	102.811	81.025	104.716	82.566
Vencidos:				
Até 30 dias	10.247	7.754	10.581	8.195
Entre 31 e 60 dias	3.163	2.633	3.469	3.024
Entre 61 e 90 dias	1.859	787	2.136	865
Entre 91 e 180 dias	1.488	627	1.581	737
Entre 181 e 360 dias	7.974	1.880	8.065	2.001
Acima de 360 dias	10.076	9.577	10.528	9.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(5.639)	(7.490)	(5.860)	(7.611)
Total	131.979	96.793	135.216	99.654

- (a) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as políticas estabelecidas pela Administração.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. A Companhia e suas controladas não constituem provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

A movimentação da provisão para riscos de créditos está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2014	(7.436)	(7.696)
Provisão do exercício	(1.742)	(1.854)
Reversão do exercício	1.688	1.939
Saldo em 31/12/2015	(7.490)	(7.611)
Provisão do exercício	(111)	(215)
Reversão do exercício	1.962	1.966
Saldo em 31/12/2016	(5.639)	(5.860)

13 Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e as transações com empresas relacionadas durante esses exercícios, são demonstrados a seguir:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(Despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Serviços prestados: (a)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	37	147	260	430	(3.348)	(5.512)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	389	-	-	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	140	140	-	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	22	15	2.605	360	(3.405)	(3.172)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	102	94	20	-	-	155
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	388	280	33	-	-	(5)
<i>Essencis Ecosystema Ltda.</i>	173	120	12	-	132	142
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	128	100	49	14	(23)	26
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	8.192	596	1.031	91	627	(3.279)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	358	149	164	201	255	644
<i>Vega Engenharia Ambiental S.A.</i>	5	-	4	-	-	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	(6)
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (c)</i>	18.763	18.451	-	-	99.051	95.647
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	2	2	-	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda</i>	-	-	-	-	2.869	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	71	26	-	-	-	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	5	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	57	57	-	-	-	-
<i>Outros</i>	58	287	(54)	56	88	(36)
	29.110	20.469	4.512	1.152	96.247	84.604
JPC:						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
<i>Solvi Participações S.A.</i>	-	-	69	69	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	69	69	-	-
	247	247	139	138	-	-

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Controladora					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(Despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Mútuos: (b)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	33.511	17.225	12	-	3.914	509
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	5.748	6.234	-	-	558	598
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	8.800	8.077	-	-	765	670
<i>Essencis Ecosystema Ltda.</i>	-	-	1.494	-	(81)	-
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	-	698	-	-	28	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	1.271	252	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	4.625	-	(389)	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	304	616	-	-	40	35
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	496	445	-	-	58	26
<i>Outros</i>	-	-	(12)	-	-	-
	48.857	33.296	6.119	1.271	5.145	1.838
Circulante	29.357	20.717	4.651	1.290		
Não circulante	48.857	33.296	6.119	1.271		
Total	78.214	54.013	10.770	2.561	101.392	86.442

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Serviços prestados: (a)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	37	147	287	457	(3.682)	(5.512)
<i>Servy Patrimonial Ltda.</i>	-	-	389	-	-	-
<i>Solvi Participações em Projetos de Saneamento Ltda.</i>	140	140	-	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	24	17	2.605	360	(3.405)	(3.172)
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	102	94	20	-	-	155
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	388	280	33	-	-	(5)
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	8.243	612	1.465	221	81	(3.279)
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	408	224	165	202	394	644
<i>Vega Engenharia S.A.</i>	5	-	4	-	-	-
<i>Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.</i>	-	-	-	-	-	(6)
<i>Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga (c)</i>	18.763	18.451	-	-	99.051	95.647
<i>Revita Engenharia S.A.</i>	2	2	-	-	-	-
<i>Termoverde Caieiras Ltda.</i>	599	-	-	-	2.869	-
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	85	26	-	-	44	-
<i>Organoeste Aracruz Indústria e Comércio de Adubos Fertilizantes Ltda - EPP.</i>	13	5	-	-	-	-
<i>GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda.</i>	57	57	-	-	-	-
<i>Outros</i>	413	495	2	-	84	132
	29.281	20.550	4.970	1.240	95.437	84.604
JPC:						
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	247	247	-	-	-	-
<i>Solvi Participações S.A.</i>	-	-	69	69	-	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	69	69	-	-
	247	247	138	138	-	-

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

	Consolidado					
	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	contas a receber		contas a pagar		(despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
AFAC (adiantamentos):						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	17.225	17.225	-	-	-	-
	17.225	17.225	-	-	-	-
Mútuos: (b)						
<i>Solvi Participações S.A.</i>	33.511	17.225	12	-	3.914	509
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	5.748	6.234	-	-	558	598
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	8.800	8.077	-	-	765	670
<i>Essencis Ecossistema Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Prameq Indústria e Comércio Ltda.</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Koleta Ambiental S.A.</i>	-	-	-	1.271	252	-
<i>GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.</i>	-	-	5.154	-	(419)	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	304	616	-	-	40	35
<i>Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.</i>	496	445	-	-	58	26
<i>Outros</i>	-	-	37	50	-	-
	48.857	32.597	5.203	1.321	5.168	1.838
Circulante	29.528	20.797	5.108	1.378		
Não circulante	48.857	32.597	5.203	1.321		
Total	78.385	53.394	10.311	2.699	100.605	86.442

- (a) As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional, em condições semelhantes às aplicadas a terceiros, e reembolso de despesas operacionais por meio de rateios.
- (b) Referem-se a contratos de mútuo entre Essencis MG , Ecototal Sistemas, Prameq Ind. E Com., com juros de 88,49% ao ano.
- (c) Refere-se à remuneração pela destinação de resíduos provenientes da coleta na cidade de São Paulo e dispostos no aterro de Caieiras.

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$2.768 (R\$7.763 em 2015).

14 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Materiais de consumo	6.575	9.968	6.675	10.129
Total	6.575	9.968	6.675	10.129

O contrato de venda de crédito de carbono foi firmado conforme nota explicativa nº12.

15 Dividendos

Os estatutos sociais da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo a receber		Saldo a pagar		Saldo a receber		Saldo a pagar	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controladoras:								
<i>Solvi Participações S.A.</i>	-	-	5.731	-	-	-	5.731	-
<i>Companhia de Projetos Ambientais S.A.</i>	-	-	5.731	-	-	-	5.731	-
Controladas:								
<i>Essencis Ecosystemas Ltda.</i>	223	320	-	-	-	-	-	-
Controladoras em conjunto:								
<i>Catarinense Engenharia Ambiental S.A.</i>	1.666	-	-	-	1.666	-	-	-
<i>Essencis MG Soluções Ambientais S.A.</i>	4.028	2.182	-	-	4.028	2.182	-	-
<i>Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.</i>	610	600	-	-	610	600	-	-
Total	6.527	3.102	11.462	-	6.304	2.782	11.462	-

16 Investimentos em controladas

Saldos dos investimentos:

<u>Participações em controladas</u>									
Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento			
						31/12/2016	31/12/2015		
Essencis Ecosystema Ltda	4.690	100,00%	6.781	(336)	(336)	6.781	7.720		
Prameq Indústria e Comércio Ltda	5.484	100,00%	678	(502)	(502)	678	496		
Ecosystema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	4.557	(1.664)	(1.664)	2.893	4.557		
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	1.791	(768)	(768)	1.023	1.791		
Total (a)					(3.270)	11.375	14.564		
<u>Participações em empreendimentos controlados em conjunto</u>									
Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento			
						31/12/2016	31/12/2015		
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.083	66,67%	25.772	6.714	4.476	17.182	16.735		
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	17.436	4.540	2.452	9.415	9.170		
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.145	65,00%	6.918	16	10	4.497	4.495		
Total (b)					6.938	31.094	30.400		
<u>Participações em coligadas</u>									
Empresa	Capital social	Participação societária %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento			
						31/12/2016	31/12/2015		
Koleta Ambiental S.A.	51.126	20,44%	24.629	(23.017)	(7.292)	5.035	6.246		
Total (c)					(7.292)	5.035	6.246		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d)							28.489	28.489	
Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) + (e)							75.994	79.699	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Consolidado (f)							2.187	2.187	
Totas dos investimentos consolidado: (b) + (c) + (f)							38.316	38.833	

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

As mutações do investimento são demonstradas a seguir:

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis Ecosystema Ltda	7.720	(336)	-	(603)	-	6.781
Prameq Indústria e Comércio Ltda	496	(502)	-	-	684	678
Ecosystema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	4.557	(1.664)	-	-	-	2.893
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.791	(768)	-	-	-	1.023
	14.564	(3.270)	-	(603)	684	11.375

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	16.735	4.476	-	(4.029)	-	17.182
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	9.170	2.452	-	(2.207)	-	9.415
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.495	10	-	(8)	-	4.497
	30.400	6.938	-	(6.244)	-	31.094

Participações em coligadas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Equivalência</u> <u>Patrimonial</u>	<u>Ganho no</u> <u>investimento</u>	<u>Dividendos/</u> <u>JCP</u>	<u>Aumento de</u> <u>Capital</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Koleta Ambiental S.A.	6.246	(7.292)	3.339	290	2.453	5.035
	6.246	(7.292)	3.339	290	2.453	5.035

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Essencis Ecosystema Ltda	3.083	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	363
Macaé	4.250	4.250
Ecolar	12.913	12.913
Incineração	511	511
Remediação	5.183	5.183
Total	26.302	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

<u>Empresa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	2.187	2.187
Total (f)	2.187	2.187
Total do ágio (d)	28.489	28.489

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aquisição de investimento	Dividendos/ JCP	Saldo em 31/12/2015
Essencis Eossistema Ltda	7.431	386	-	(97)	7.720
Prameq Indústria e Comércio Ltda	1.163	(667)	-	-	496
Eossistema - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	4.557	-	-	-	4.557
Prameq - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	1.791	-	-	-	1.791
	14.942	(281)	-	(97)	14.564

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Alienação de investimento	Dividendos/ JCP	Saldo em 31/12/2015
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	16.184	1.838	-	(1.287)	16.735
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	7.134	3.061	-	(1.025)	9.170
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	4.354	189	-	(48)	4.495
Essencis Manufatura Reversa Ltda.	15	-	(15)	-	-
	27.687	5.088	(15)	(2.360)	30.400

Participações em coligadas

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aquisição de investimento	Dividendos/ JCP	Saldo em 31/12/2015
Koleta Ambiental S.A.	-	(793)	7.328	(289)	6.246
	-	(793)	7.328	(289)	6.246

Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Participações em controladas

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Essencis Eossistema Ltda	3.083	-	-	3.083
Prameq Indústria e Comércio Ltda	363	-	-	363
Macaé	4.250	-	-	4.250
Ecolar	12.913	-	-	12.913
Incineração	511	-	-	511
Remediação	5.183	-	-	5.183
Total	26.302	-	-	26.302

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Saldo em 31/12/2014	Aquisição	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	-	-	2.187	2.187
Total (f)	-	-	2.187	2.187
Total do ágios (d)	26.302	-	2.187	28.489

17 Imobilizado

É composto como segue:

	Tx Média Anual %	Controladora			
		2016			2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	290.562	(157.594)	132.968	118.774
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.681	(18.697)	11.984	13.355
Edificações	4	75.424	(23.942)	51.482	50.399
Máquinas, equipamentos e outros	10	116.007	(55.954)	60.053	60.062
Móveis e utensílios e instalações	10	3.295	(2.073)	1.222	1.459
Hardware e outros	20	3.794	(3.456)	338	625
Imobilizado em andamento	-	10.537	-	10.537	19.241
		<u>530.300</u>	<u>(261.716)</u>	<u>268.584</u>	<u>263.915</u>

	Tx Média Anual %	Consolidado			
		2016			2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterros e benfeitorias em aterros	(*)	305.464	(169.040)	136.424	122.789
Benfeitorias em bens de terceiros		30.711	(18.872)	11.839	13.358
Edificações	4	76.054	(24.227)	51.827	50.769
Máquinas, equipamentos e outros	10	117.743	(57.658)	60.085	60.089
Móveis e utensílios e instalações	10	3.343	(2.115)	1.228	1.467
Hardware e outros	20	3.930	(3.575)	355	660
Imobilizado em andamento		10.877	-	10.877	19.494
		<u>548.122</u>	<u>(275.487)</u>	<u>272.635</u>	<u>268.626</u>

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se às centrais de tratamento de resíduos nas cidades de Curitiba, Caieiras, Itaberaba, Macaé, Betim, Juiz de Fora, Joinville, Capela Santana e São José dos Campos, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

A mutação do imobilizado de 2016 é composta como segue:

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

Controladora						
Custos do Imobilizado	2015	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	2016
Aterro e infra em aterros	258.854	23.843	-	5.430	2.435	290.562
Benfeitorias em bens de terceiros	30.496	137	-	48	-	30.681
Edificações	71.835	2.894	-	695	-	75.424
Máquinas, equipamentos e outros	108.029	3.967	(274)	4.285	-	116.007
Móveis e utensílios e instalações	3.292	3	-	-	-	3.295
Hardware e outros	3.778	16	-	-	-	3.794
Imobilizado em andamento	19.241	1.960	(206)	(10.458)	-	10.537
	<u>495.525</u>	<u>32.820</u>	<u>(480)</u>	<u>-</u>	<u>2.435</u>	<u>530.300</u>
Depreciação acumulada						
Aterro e infra em aterros	(140.080)	(15.079)	-	-	(2.435)	(157.594)
Benfeitorias em bens de terceiros	(17.141)	(1.556)	-	-	-	(18.697)
Edificações	(21.436)	(2.506)	-	-	-	(23.942)
Máquinas, equipamentos e outros	(47.967)	(8.235)	248	-	-	(55.954)
Móveis e utensílios e instalações	(1.833)	(240)	-	-	-	(2.073)
Hardware e outros	(3.153)	(303)	-	-	-	(3.456)
	<u>(231.610)</u>	<u>(27.919)</u>	<u>248</u>	<u>-</u>	<u>(2.435)</u>	<u>(261.716)</u>
Imobilizado, líquido	<u>263.915</u>	<u>4.901</u>	<u>(232)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>268.584</u>

Consolidado						
Custo do Imobilizado	2015	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	2016
Aterros e benfeitorias em aterros	273.556	23.843	-	5.430	2.635	305.464
Benfeitorias em bens de terceiros	30.526	137	-	48	-	30.711
Edificações	72.465	2.894	-	695	-	76.054
Máquinas, equipamentos e outros	109.858	3.984	(384)	4.285	-	117.743
Móveis e utensílios e instalações	3.340	3	-	-	-	3.343
Hardware e outros	3.914	16	-	-	-	3.930
Imobilizado em andamento	19.494	2.047	(206)	(10.458)	-	10.877
	<u>513.153</u>	<u>32.925</u>	<u>(590)</u>	<u>-</u>	<u>2.635</u>	<u>548.122</u>
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(150.767)	(15.638)	-	-	(2.635)	(169.040)
Benfeitorias em bens de terceiros	(17.168)	(1.704)	-	-	-	(18.872)
Edificações	(21.696)	(2.531)	-	-	-	(24.227)
Máquinas, equipamentos e outros	(49.769)	(8.246)	357	-	-	(57.658)
Móveis e utensílios e instalações	(1.873)	(242)	-	-	-	(2.115)
Hardware e outros	(3.254)	(321)	-	-	-	(3.575)
	<u>(244.527)</u>	<u>(28.682)</u>	<u>357</u>	<u>-</u>	<u>(2.635)</u>	<u>(275.487)</u>
Imobilizado, líquido	<u>268.626</u>	<u>4.243</u>	<u>(233)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.635</u>

Essencis Soluções Ambientais S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

A mutação do imobilizado de 2015 é composta como segue:

Controladora						
	2014	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	
					2015	2015
Custos do Imobilizado						
Aterros e benfeitorias em aterros	252.096	4.210	(729)	-	3.277	258.854
Benfeitorias em bens de terceiros	30.309	285	(281)	183	-	30.496
Edificações	68.238	4.720	(2.117)	994	-	71.835
Máquinas, equipamentos e outros	103.530	2.913	-	1.586	-	108.029
Móveis e utensílios e instalações	3.258	34	-	-	-	3.292
Hardware e outros	3.666	112	-	-	-	3.778
Imobilizado em andamento	9.147	12.857	-	(2.763)	-	19.241
	<u>470.244</u>	<u>25.131</u>	<u>(3.127)</u>	<u>-</u>	<u>3.277</u>	<u>495.525</u>
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(121.705)	(15.098)	-	-	(3.277)	(140.080)
Benfeitorias em bens de terceiros	(15.363)	(2.060)	282	-	-	(17.141)
Edificações	(19.872)	(2.358)	794	-	-	(21.436)
Máquinas, equipamentos e outros	(38.668)	(9.299)	-	-	-	(47.967)
Móveis e utensílios e instalações	(1.586)	(247)	-	-	-	(1.833)
Hardware e outros	(2.776)	(377)	-	-	-	(3.153)
	<u>(199.970)</u>	<u>(29.439)</u>	<u>1.076</u>	<u>-</u>	<u>(3.277)</u>	<u>(231.610)</u>
Imobilizado, líquido	<u>270.275</u>	<u>(4.309)</u>	<u>(2.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>263.915</u>

Consolidado						
	2014	Adição	Baixa	Transferência	Custo de fechamento e monitoramento de aterros	
					2015	2015
Custo do Imobilizado						
Aterros e benfeitorias em aterros	266.533	4.334	(729)	-	3.418	273.556
Benfeitorias em bens de terceiros	30.339	286	(282)	183	-	30.526
Edificações	68.821	4.720	(2.117)	1.041	-	72.465
Máquinas, equipamentos e outros	105.433	2.914	(75)	1.586	-	109.858
Móveis e utensílios e instalações	3.307	33	-	-	-	3.340
Hardware e outros	3.804	110	-	-	-	3.914
Imobilizado em andamento	9.192	13.112	-	(2.810)	-	19.494
	<u>487.429</u>	<u>25.509</u>	<u>(3.203)</u>	<u>-</u>	<u>3.418</u>	<u>513.153</u>
Depreciação acumulada						
Aterros e benfeitorias em aterros	(131.791)	(15.558)	-	-	(3.418)	(150.767)
Benfeitorias em bens de terceiros	(15.389)	(2.061)	282	-	-	(17.168)
Edificações	(20.108)	(2.382)	794	-	-	(21.696)
Máquinas, equipamentos e outros	(40.497)	(9.347)	75	-	-	(49.769)
Móveis e utensílios e instalações	(1.623)	(250)	-	-	-	(1.873)
Hardware e outros	(2.858)	(396)	-	-	-	(3.254)
	<u>(212.266)</u>	<u>(29.994)</u>	<u>1.151</u>	<u>-</u>	<u>(3.418)</u>	<u>(244.527)</u>
Imobilizado, líquido	<u>275.161</u>	<u>(4.485)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>268.626</u>

O saldo líquido remanescente da reavaliação dos terrenos utilizados pelas centrais de tratamento de resíduos, componente do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016, totalizava R\$4.063 (R\$4.766 em 2015), sendo o imposto de renda e contribuição diferidos passivos no valor de R\$1.382 (R\$1.784 em 2015).

18 Intangível

É composto como segue:

	Tx Média	Consolidado			
		Anual %	2016		2015
			Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	2.779	(1.676)	1.103	818
Licença de direito	28	10.200	(6.251)	3.949	6.193
Direitos contratuais	10	113	(22)	91	102
Marcas		1.627	(524)	1.103	1.627
Relacionamento clientes		1.420	(769)	651	1.420
		16.139	(9.242)	6.897	10.160
Ágio:					
Prameq		363	-	363	363
Ecosistema		3.083	-	3.083	3.083
Macaé		4.250	-	4.250	4.250
Ecolar		28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração		3.946	(3.435)	511	511
Remediação		6.624	(1.441)	5.183	5.183
		46.417	(20.114)	26.303	26.303
Intangível Líquido		62.556	(29.356)	33.200	36.463

A movimentação do intangível de 2016 é composta como segue:

	Consolidado		
	2015	Adição	2016
Custo			
Softwares	2.180	599	2.779
Licença de direito	10.200	-	10.200
Diretos contratuais	113	-	113
Marcas	1.627	-	1.627
Relacionamento clientes	1.420	-	1.420
	15.540	599	16.139
Ágio s/ sociedade incorporadas:			
Prameq	363	-	363
Ecosistema	3.083	-	3.083
Macaé	4.250	-	4.250
Ecolar	28.151	-	28.151
Incineração	3.946	-	3.946
Remediação	6.624	-	6.624
	46.417	-	46.417
Amortização			
Softwares	(1.362)	(314)	(1.676)
Licença de direito	(4.007)	(2.244)	(6.251)
Marcas	-	(524)	(524)
Relacionamento clientes	-	(769)	(769)
Diretos contratuais	(11)	(11)	(22)
	(5.380)	(3.862)	(9.242)
Ágio s/ sociedade incorporadas:			
Ecolar	(15.238)	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	(1.441)
	(20.114)	-	(20.114)
Intangível, Líquido	36.463	(3.263)	33.200

A movimentação do intangível de 2015 é composta como segue:

Custo	Consolidado			
	2014	Adição	Transferência	2015
Softwares	1.675	505	-	2.180
Licença de direito	10.200	-	-	10.200
Diretos contratuais	113	-	-	113
Marcas	1.627	-	-	1.627
Relacionamento clientes	1.420	-	-	1.420
	<u>15.035</u>	<u>505</u>	<u>-</u>	<u>15.540</u>
Ágio s/ sociedade incorporadas:				
Prameq	363	-	-	363
Ecosistema	3.083	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	4.250
Ecototal	2.187	-	(2.187)	-
Ecolar	28.151	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	6.624
	<u>48.604</u>	<u>-</u>	<u>(2.187)</u>	<u>46.417</u>
Amortização				
Softwares	(1.167)	(195)	-	(1.362)
Licença de direito	(3.448)	(559)	-	(4.007)
Diretos contratuais	-	(11)	-	(11)
	<u>(4.615)</u>	<u>(765)</u>	<u>-</u>	<u>(5.380)</u>
Ágio s/ sociedade incorporadas:				
Ecolar	(15.238)	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	(3.435)
Remediação	(1.441)	-	-	(1.441)
	<u>(20.114)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.114)</u>
Intangível, Líquido	<u>38.910</u>	<u>(260)</u>	<u>(2.187)</u>	<u>36.463</u>

A Companhia transferiu o valor de R\$2.187 da empresa Ecototal Sistemas de Gestão Ltda, para o investimento conforme nota explicativa nº16.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

O teste de imparidade foi realizado por empresa especializada, nas subsidiárias causadoras de ágios quando ocorreram a aquisição das empresas.

O teste de *impairment* dos ágios das unidades geradoras de caixa de negócio das controladas pela Companhia foi baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de outubro de 2016.

O valor recuperável foi estimado por meio do valor presente dos fluxos de caixa futuros que a Companhia e suas controladas esperam obter de suas controladas, a fim de determinar o fluxo de caixa do Grupo consolidado.

- **Metodologia Aplicada:** Método do Fluxo de Caixa Descontado.
- **Período Projetivo:** 01 de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2035.
- **Moeda:** Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

- **Impostos Diretos:** Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação da empresa.
- **Taxa de Desconto:** Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.
- **Projeções:** A base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário quinquenal de 2017 a 2021 e de 2022 em diante foi utilizado o método de projeção constante.

Resultado do teste de impairment

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas apresentaram perda na realização de seus ativos, não havendo dessa forma a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

Para tanto foi realizada a comparação entre o Valor em Uso e o Valor Contábil, concluindo-se que o último está registrado por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fornecedores		40.593	21.393	41.158	21.986
Partes relacionadas	13	10.770	2.561	10.311	2.699
Outras contas a pagar		615	-	724	-
		<u>51.978</u>	<u>23.954</u>	<u>52.193</u>	<u>24.685</u>
Circulante		45.859	22.683	46.990	23.364
Não circulante		6.119	1.271	5.203	1.321

20 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Taxas de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
Finame/Finep	Pré fixado de 5,00% a.a.	Até set/2024	990	545	990	545
BNDDES	Pré fixado de 1,40% a.a. a 7,95% a.a - TJLP + 1,00% a.a.	De ago/2017 a jan/2024	89.118	87.344	89.118	87.344
Capital Giro	CDI de 3,00% a.a.	De ago/2017 a set/2021	39.491	54.942	39.493	54.944
Conta Garantida			61	-	61	-
Leasing	Pré-fixado de 2,91% a.a. a 16,95% a.a.	De fev/2017 a set/2020	624	988	624	988
Total			<u>130.284</u>	<u>143.819</u>	<u>130.286</u>	<u>143.821</u>
Circulante			28.044	68.989	28.046	68.991
Não circulante			102.240	74.830	102.240	74.830

Os valores que compõem o saldo referem-se, basicamente, a empréstimos e financiamentos junto a instituições bancárias e BNDES, na modalidade BNDES Automático, Finem e Finame.

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, através de sua Controladora Solví Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas à manutenção de índices financeiros nem a outras cláusulas restritivas em suas operações, exceto àquelas mencionadas a seguir:

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

Os contratos firmados com o BNDES contêm garantias e cláusulas restritivas de vencimento antecipado, que estabelecem que determinados eventos deverão ser comunicados antecipadamente ou anuídos pela instituição financeira, sendo os mais relevantes reorganização societária envolvendo a Companhia devedora, inadimplementos e venda ou transferência de propriedade de ativos. O novo contrato de financiamento, firmado em 31 de dezembro de 2014, tem garantia por carta de fiança bancária, emitidas pelo Banco Santander Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$56.246 e R\$50.000, respectivamente.

As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Companhia e suas controladas de conduzirem seus negócios até o momento.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	11.619	-	11.619
2018	16.192	10.466	16.192	10.466
2019	17.617	10.470	17.617	10.470
2020	21.368	10.443	21.368	10.443
2021	21.091	10.334	21.091	10.334
2022	12.320	10.334	12.320	10.334
2023	12.695	10.334	12.695	10.334
2024	957	830	957	830
	<u>102.240</u>	<u>74.830</u>	<u>102.240</u>	<u>74.830</u>

21 Debêntures

Composição

Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R\$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor da Carteira Administrada de Saneamento do FGTS, operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2016 está composto no passivo circulante em R\$17.634 (R\$17.746 em 2015) e no passivo não circulante em R\$95.833 (R\$112.500 em 2015).

Em 22 de dezembro de 2016 a Companhia firmou, através de sua Controladora Solví Participações S.A. e com a Essencis Soluções Ambientais S.A., junto aos Bancos Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A e China Construction Bank (Brasil) o contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças, que compreende o alongamento de dívida no montante de R\$15.130, e garantias prestadas através de SBLC - *Stand-by Letter of Credit* no montante de USD6.600, pelo período de 5 anos, com 02 (dois) anos de Carência de valor principal, e 01 (um) ano de carência de juros, com pagamento de 50% em dezembro de 2017, sendo o saldo remanescente dos juros incorporado ao valor principal.

A celebração do acordo marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto as Instituições Financeiras, o qual, na visão de sua Administração, preserva a capacidade financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazo, otimizando a estrutura de capital ao tempo de maturidade necessário ao desenvolvimento de seus negócios.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de receita em volume correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita bruta da Emissora, observada a cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela Emissora e originados da prestação de serviços realizados pela Emissora a seus clientes e pela alienação fiduciária do terreno onde está localizado o aterro de Caieiras.

Com relação às cláusulas restritivas que podem caracterizar evento de inadimplemento, e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures exige-se a observação de determinados índices, cujos principais são: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, Liquidez Corrente Ajustada; EBITDA dividido por Despesas Financeiras; e Índice de Alavancagem Máxima cujo o resultado deve ser superior ou igual a 1,30. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2016.

22 Salários, benefícios e encargos

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários	701	677	723	701
Encargos trabalhistas	1.075	1.161	1.195	1.235
Férias	3.712	3.707	4.015	3.962
Participação no resultado	2.430	1.294	2.535	1.373
Total	7.917	6.839	8.468	7.271

Benefício de previdência privada

Aos funcionários que aderiram, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$122 (R\$285 em 2015), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

23 Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ISS	2.289	2.088	2.516	2.248
PIS sobre vendas	1.292	399	1.308	429
COFINS sobre vendas	5.954	1.835	6.028	1.968
IR Fonte	521	469	550	501
Parcelamento (a)	154	234	154	234
Outros	770	867	738	814
Total	10.980	5.892	11.294	6.194
Circulante	10.837	5.847	11.151	6.149
Não circulante	143	45	143	45

- (a) Os parcelamentos estão sendo efetuados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa de juros a longo prazo (TJLP)

24 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Diferenças temporárias:				
Provisão para urbanização de aterro	32.752	30.317	34.806	32.171
Perdas com crédito de liquidação duvidosa	5.638	7.490	5.860	7.611
Provisões contingências	4.204	2.117	5.515	2.201
Provisões de comissões s/vendas	24	24	24	24
Provisões perda de estoque	-	1.157	-	1.171
Provisões de participações de resultados	2.430	1.294	2.535	1.373
Outras provisões temporariamente	-	227	-	226
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	3.663	3.250
Mais valia de ativos	-	-	(5.934)	(9.618)
Reavaliação de terreno do aterro	(4.063)	(4.766)	(4.063)	(4.766)
RTT	-	(482)	-	(482)
	<u>40.985</u>	<u>37.378</u>	<u>42.406</u>	<u>33.161</u>
Alíquota - %	34	34	34	34
	<u>13.934</u>	<u>12.709</u>	<u>14.418</u>	<u>11.275</u>
Provisão para o não reconhecimento do imposto diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	(449)	(1.776)	(2.083)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>13.934</u>	<u>12.260</u>	<u>12.642</u>	<u>9.192</u>
Ativos fiscais diferidos - não circulante	15.316	14.044	16.041	14.246
Passivos fiscais diferidos – não circulante	(1.382)	(1.784)	(3.399)	(5.054)

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	27.743	25.995	26.273	26.154
	<u>27.743</u>	<u>25.995</u>	<u>26.273</u>	<u>26.154</u>
Alíquotas do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
	<u>(9.433)</u>	<u>(8.838)</u>	<u>(8.933)</u>	<u>(8.892)</u>
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	1.232	1.365	120	1.460
Provisão para o não-reconhecimento do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	(141)	(224)
Brindes/multas indedutíveis	(45)	(198)	(46)	(201)
Bônus/doações/patrocínios	(108)	(149)	(108)	(150)
Deduções Lei do Bem	(70)	(70)	(70)	(70)
JCP	-	3.952	-	3.952
Amortização de mais valia	(827)	-	-	-
Outros	69	334	1.466	363
Provisão para imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>(9.181)</u>	<u>(3.603)</u>	<u>(7.711)</u>	<u>(3.762)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(10.856)</u>	<u>(6.025)</u>	<u>(11.161)</u>	<u>(6.202)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.675</u>	<u>2.422</u>	<u>3.450</u>	<u>2.440</u>
Alíquota efetiva	33,09%	13,86%	29,35%	14,39%

25 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contingências	3.845	1.849	5.138	1.915
Urbanização de aterro	32.752	30.317	34.806	32.171
	<u>36.597</u>	<u>32.166</u>	<u>39.944</u>	<u>34.086</u>

Contingências

São compostas como segue:

	Controladora				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo sem compensação de Dep. Judicial - 2014	-	995	21	-	1.016
Adições	17	1.673	1	-	1.691
Pagamentos	(17)	(572)	(1)	-	(590)
Total sem compensação judicial	-	2.097	21	-	2.117
Depositos judiciais acumulados	-	(268)	-	-	(268)
Saldo líquido em 31/12/2015	-	1.829	21	-	1.849
Adições	-	4.236	21	398	4.654
Pagamentos	-	(2.547)	(21)	-	(2.568)
Total sem compensação judicial	-	3.785	21	398	4.204
Depositos judiciais acumulados	-	(358)	-	-	(358)
Saldo líquido em 31/12/2016	-	3.427	21	398	3.845
	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo sem compensação de Dep. Judicial - 2014	10	995	38	-	1.043
Adições	17	1.740	1	-	1.758
Pagamentos	(17)	(583)	(1)	-	(601)
Total sem compensação judicial	10	2.153	38	-	2.200
Depositos judiciais acumulados	-	(285)	-	-	(285)
Saldo líquido em 31/12/2015	10	1.868	38	-	1.915
Adições	10	5.519	38	402	5.969
Pagamentos	(10)	(2.610)	(38)	-	(2.658)
Total sem compensação judicial	10	5.062	38	-	5.511
Depositos judiciais acumulados	-	(375)	-	-	(375)
Saldo líquido em 31/12/2016	10	4.687	38	-	5.138

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, a Companhia e suas controladas apresentaram defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior

parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2016, as contingências da Companhia e suas controladas cuja chance de perda foram classificadas como possível, totalizam R\$843 (R\$9.978 em 2015).

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais a Companhia e suas controladas estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência aos tributos federais e estaduais.

Urbanização de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando à minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (30 anos) são descontados a valor presente. Um ativo é registrado como uma contraparte contra a provisão e é depreciado de acordo com o esgotamento da capacidade do aterro ou a necessidade de cobertura durante o período.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes.
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.)
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);

- Custos de tratamento de percolado;
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações contábeis, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual).

São compostas como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.040	28.753
Provisões constituídas	3.429	3.570
Reversões/realizações	(152)	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.317	32.171
Provisões constituídas	3.442	3.642
Reversões/realizações	(1.007)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.752	34.806

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2016 está representado por 112.571.318 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reserva legal

Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

c. Destinação do lucro líquido

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Dividendos

Os dividendos distribuídos “*ad referendum*” da Assembleia Geral em 2016 foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Cálculo de distribuição de dividendos 2016

Lucro líquido do exercício	18.562
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 26.b)	(928)
(=) Base para distribuição de dividendos	17.634
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	25%
(=) Dividendos distribuídos em 2016	4.408
(+) Dividendos adicionais	7.054
(=) Total de dividendos distribuídos em 2016	11.462

Cálculo de distribuição de dividendos 2015

Lucro líquido do exercício	22.391
(-) Destinação para reserva legal (vide nota 26.b)	1.120
(=) Base para distribuição de dividendos	<u>21.271</u>
(%) Percentual mínimo de distribuição previsto estatuto social da Companhia	<u>25%</u>
(=) Dividendos distribuídos em 2015	<u>53</u>
(+) Dividendos adicionais	<u>58.961</u>
(=) Total de dividendos distribuídos em 2015	<u>59.014</u>

27 Receita operacional, líquida

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita:				
Receita de resíduos	298.813	321.369	310.011	331.237
Receita venda de sucata	1.128	1.219	1.173	1.219
Receita de venda de biogás	2.869	-	2.869	-
Receita crédito de carbono	9.291	13.104	9.291	13.104
Outras	78	86	78	89
Total	312.179	335.778	323.422	345.649
Deduções receita bruta:				
ISS	(13.109)	(13.964)	(13.695)	(14.567)
PIS	(4.992)	(5.319)	(5.178)	(5.518)
Cofins	(22.994)	(24.500)	(23.855)	(25.417)
ICMS	(481)	(464)	(479)	(464)
Total	(41.576)	(44.247)	(43.207)	(45.966)
Receita líquida	270.603	291.531	280.215	299.683

28 Custos dos serviços prestados

É composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	(47.664)	(53.941)	(51.634)	(57.918)
Aluguel	(19.233)	(29.953)	(20.175)	(30.487)
Depreciações	(27.815)	(29.729)	(32.122)	(30.292)
Materiais aplicados no serviços	(19.470)	(18.097)	(20.090)	(18.704)
Serviços de terceiros (a)	(70.089)	(74.568)	(71.925)	(75.981)
Outros custos de produção (b)	(19.927)	(29.530)	(21.268)	(30.838)
Créditos fiscais	10.916	12.570	11.294	13.026
Total	(193.282)	(223.248)	(205.919)	(231.194)

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos.
- (b) Refere-se substancialmente a custos com créditos de carbono vendido, energia elétrica, vigilância e provisões de urbanização de aterros.

29 Despesas administrativas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração mão de obra direta	(6.002)	(9.515)	(6.002)	(9.515)
INSS	(1.132)	(1.547)	(1.132)	(1.547)
FGTS	(311)	(424)	(311)	(424)
Benefícios	(770)	(1.257)	(770)	(1.257)
Alugueis	(518)	(323)	(518)	(323)
Depreciação	(424)	(464)	(424)	(464)
Serviços de terceiros (a)	(4.826)	(7.957)	(5.172)	(8.318)
Tributos, seguros e contribuições	(563)	(866)	(597)	(883)
Viagens e estadias	(217)	(330)	(217)	(330)
Outros	(1.014)	(1.051)	(1.014)	(1.054)
Total	(15.777)	(23.734)	(16.157)	(24.115)

(a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços compartilhados e consultoria administrativa financeira.

30 Comerciais

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(110)	(1.742)	(216)	(1.854)
Reversão da provisão de crédito de liquidação duvidosa	1.962	1.688	1.966	1.940
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(335)	(855)	(439)	(1.062)
Patrocínios, brindes e doações	(78)	(216)	(78)	(219)
Propaganda e publicidade	(511)	(698)	(512)	(701)
Outros	(104)	(120)	(106)	(120)
Total	824	(1.943)	615	(2.016)

31 Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão/Reversão líquida de contingências	(3.630)	(1.558)	(4.915)	(1.626)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(994)	(573)	(1.037)	(581)
Patrocínios e doações	(250)	(158)	(250)	(159)
Ganhos / Perdas resultantes de investimentos	3.339	(719)	3.339	(719)
Resultado vendas de imobilizado	(48)	-	(45)	142
Receitas eventuais (a)	372	2.885	480	2.961
Total	(1.212)	(123)	(2.427)	18

(a) Em 2015 refere-se substancialmente a indenização recebida da Itaú Seguros em virtude de sinistro ocorrido na Companhia.

32 Resultado financeiro

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento	(26.385)	(21.496)	(26.385)	(21.492)
Descontos concedidos	(1.027)	(226)	(1.035)	(232)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(4.506)	(1.703)	(4.456)	(1.708)
Tarifas bancárias	(5.085)	(3.762)	(5.105)	(3.789)
Tributos sobre movimentações financeiras	(587)	(844)	(601)	(856)
	<u>(37.590)</u>	<u>(28.031)</u>	<u>(37.582)</u>	<u>(28.077)</u>
Receitas financeiras:				
Juros sobre mútuo	5.622	2.028	5.594	1.975
Variação monetária	91	11	91	11
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.393	4.581	1.469	4.632
Juros recebidos e descontos obtidos	695	909	729	942
	<u>7.801</u>	<u>7.529</u>	<u>7.884</u>	<u>7.560</u>
Total	<u>(29.789)</u>	<u>(20.502)</u>	<u>(29.699)</u>	<u>(20.517)</u>

33 Cobertura de seguros

A administração da companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Danos Materiais: R\$79.120;
- Risco Operacional: R\$26.900;
- Lucros Cessantes: R\$33.954
- Responsabilidade Civil: R\$10.000;

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

* * *